

**OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS**  
**INFORME BRASIL N° 076**  
**Período: de 05/04/03 a 11/04/03**  
**Franca – Brasil**

- 1 - Embaixadora dos EUA no Brasil fala sobre relações bilaterais depois do posicionamento brasileiro no tocante à guerra no Iraque.**
- 2 - Javier Solana fala sobre a crise na Segurança Internacional e defende a cooperação**
- 3 - Forças Armadas participarão de Gabinete de Gestão Integrada**
- 4 - Militares terão aposentadoria diferenciada**
- 5 - Coluna do *Jornal do Brasil* discute previdência militar**
- 6-Política externa norte-americana traz à tona discussão sobre reaparelhamento das Forças Armadas**
- 7 - César Maia volta a defender uso das Forças Armadas**
- 8 – Presidente recebe escolta inesperada de caças da Força Aérea Brasileira (FAB)**
- 9 - Coluna informa solenidade do Exército**
- 10 - Presidente Lula reafirma valorização dos militares brasileiros, mas atenta para as restrições orçamentárias**
- 11 - Presidente do Peru defende inclusão do Brasil no Conselho de Segurança da ONU**

**Embaixadora dos EUA no Brasil fala sobre relações bilaterais depois do posicionamento brasileiro no tocante à guerra no Iraque.**

Em entrevista ao *Correio Braziliense*, a embaixadora dos Estados Unidos no Brasil, Donna Hrinak, fala que apesar de o Brasil posicionar-se contra a atitude de Bush, as negociações entre este e os Estados Unidos continuarão, reconhecendo a importância da parceria comercial entre os dois. Inquirida sobre sua fala na Comissão de Relações Exteriores do Senado, na qual apontava o descontentamento de certos setores dos Estados Unidos com a posição de Lula frente à guerra, Donna disse que após os atentados de 11 de setembro o Brasil reagiu de maneira espetacular, acionando o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) na Organização dos Estados Americanos (OEA), sendo esta a causa da incompreensão do seu atual posicionamento. Mas ela ressalta que esta é uma queixa não apenas do Departamento de Defesa dos Estados Unidos e que não se direciona apenas ao Brasil, mas a todos os países aliados do hemisfério. Falando sobre uma possível mudança do sistema de segurança criado após a Segunda Guerra, Donna diz que os Estados Unidos apóiam a extensão do Conselho de Segurança, bem como a ocupação de cadeiras permanentes pelo Japão, Alemanha e outros países, e que grupos regionais também deverão ter representantes permanentes e que isto, por sua vez, dependerá de grupos como o Grupo da América Latina e Caribe (GRULAC). Sobre a condição dos Estados Unidos de “polícia do mundo”, a embaixadora diz que não bom para eles nem para o resto do mundo, pois todos os países têm que dividir a responsabilidade, já que o mundo todo enfrenta problemas como terrorismo e a crise internacional. Ela faz referência ao problema da violência no Rio de Janeiro, cujos traficantes têm laços internacionais. Sobre a possibilidade de o governo brasileiro retirar do Congresso o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas Brasil-Estados Unidos para uso da base de Alcântara, Donna diz que é uma decisão que cabe apenas ao governo brasileiro. (*Correio Braziliense* - Tema do Dia - 05/04/03)

**Javier Solana fala sobre a crise na Segurança Internacional e defende a cooperação**

Em artigo publicado na seção “Opinião” da *Folha de S. Paulo*, Javier Solana, representante de Política Exterior e de Segurança Comum da União Européia, ex-chanceler da Espanha e ex-secretário-geral da Organização do Atlântico Norte (OTAN), diz que o conflito no Iraque não vai causar o fim das Nações Unidas nem da política exterior e de segurança comum da União Européia. Solana lembrou que há 12 anos atrás, quando foi iniciado o diálogo político institucionalizado entre a Europa e o Grupo do Rio, este era feito num contexto marcado pela esperança depositada num século 21 pacífico e democrático que viabilizasse um desenvolvimento econômico sustentado no planeta; contudo, o início do novo século não corresponde a essas expectativas. Para Solana, as crises regionais ameaçam a paz e a democracia e surge um novo tipo de terrorismo. Javier Solana considerou ainda que há também a ameaça da proliferação de armas de destruição em massa; o crescimento econômico se desacelerou e a prosperidade da década anterior não propiciou a redução da pobreza e das desigualdades. Segundo Solana, neste momento, o mundo vive uma crise muito grave, que tem provocado profundas divisões na comunidade das nações e na União Européia, e em cuja evolução faltaram dois importantes elementos de coesão internacional: uma percepção comum da ameaça e um consenso sobre a estratégia e os métodos para enfrentá-la. Javier Solana comenta também os impactos dos atentados do dia 11 de setembro de 2001 e afirma que nos últimos anos os países da América Latina realizaram importantes esforços para reformar, profissionalizar e adaptar suas Forças Armadas, suas forças policiais e seus serviços de inteligência aos sistemas políticos democráticos; no entanto, segundo ele, não basta combater os sintomas sem atacar as raízes da violência e da insegurança. Nesse sentido, a defesa dos valores democráticos, a redução da pobreza e das desigualdades e o incentivo à coesão social são essenciais para prevenir os conflitos e reforçar a segurança. Segundo ele, os países desenvolvidos devem fornecer apoio incisivo para a solução dos problemas financeiros dos países em desenvolvimento e abrir os mercados para seus produtos. O compromisso da União Européia com o crescimento econômico da América Latina, de acordo com Solana, é firme, como tem sido demonstrado pelo papel central que a mesma está desempenhando nas negociações multilaterais da Organização Mundial do Comércio (OMC), ou no processo de associação com os países e regiões da América Latina. Contudo, essa contribuição deve complementar as políticas internas de redistribuição de renda destinadas a assegurar a sustentabilidade econômica e a consolidação dos processos democráticos. Solana chama a atenção para a necessidade de alicerçar a via multilateral, reforçando que a unipolaridade não beneficia nem mesmo aos EUA. Para Javier Solana, o desentendimento ocorrido recentemente no Conselho de Segurança é um fato que não pode ser ignorado, mas que não deve marcar uma pauta para o futuro. Ele aponta que a experiência da União Européia demonstra que ocasionalmente possam surgir desentendimentos, embora isso seja preferível à ausência de normas. Segundo o autor, faz-se premente, no âmbito multilateral, o enfrentamento do perigo da proliferação de armamentos, especialmente os de destruição em massa. Solana critica a falta de consenso em matéria de estratégia de segurança internacional a ser seguida, e diz que nessa falta todos devem admitir uma parte de responsabilidade. Para ele, é preciso debater percepções, valores, métodos e capacidades, já que o processo de globalização deu lugar a um conceito de segurança multidimensional. Para Solana, as novas ameaças, incluindo o terrorismo, exigem respostas que não podem ser exclusivamente militares; a luta contra esses desafios tem de estar baseada no intercâmbio de informação, na melhoria das capacidades de inteligência, na cooperação contra a lavagem de dinheiro, as atividades econômicas ilícitas que financiam os conflitos e o tráfico e a proliferação de armas. Mas, para isso, de acordo com o ex-secretário, é preciso definir adequadamente as missões dos Exércitos, da polícia e dos serviços de inteligência civil, e distribuir os recursos adequadamente. É preciso também que as

autoridades civis garantam a coordenação e a direção estratégica das ameaças como o narcotráfico, o crime organizado, o terrorismo e o comércio ilegal de armas, que têm adquirido uma crescente mobilidade geográfica. Para reverter esse processo, diz Solana, torna-se fundamental o desenvolvimento de estratégias de segurança regionais. Ele afirma que, tal como ocorreu na Europa, na América Latina também estão sendo criadas iniciativas importantes em matéria de segurança regional e que a União Européia está aberta ao intercâmbio de idéias e experiências com a América Latina num âmbito que, como o da segurança, entendida em toda a sua amplitude atual, oferece numerosas possibilidades. Solana acredita, enfim, que o melhor caminho é a intensificação da cooperação bilateral e inter-regional. (Folha de S. Paulo – Opinião – Tendências e Debates - 06/04/03)

### **Forças Armadas participam de Gabinete de Gestão Integrada**

As Forças Armadas brasileiras terão representação junto ao Gabinete de Gestão Integrada, que também contará com representantes da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, das polícias estaduais, do Corpo de Bombeiros e da Defesa Civil, além dos convidados do Ministério Público e do Superior Tribunal de Justiça. O Gabinete, ligado ao Ministério da Justiça - que é parte de uma série de medidas que o governo anunciou na segunda-feira (07) ao apresentar o Plano Nacional de Segurança Pública -, terá como tarefa gerenciar o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e ajudar na criação de agências de cooperação técnica. Cogita-se que a atuação dos militares no SUSP ficará restrita ao trabalho conjunto com a Polícia Federal nas fronteiras e que o Exército não deverá participar do patrulhamento de ruas, como aconteceu no começo deste ano no Rio de Janeiro. Entretanto, até o fim da semana passada o governo ainda não havia definido qual será a participação do Ministério da Defesa no SUSP, segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 07/03/2003; O Estado de S. Paulo – Cidades – 07/03/03; O Globo – O País – 08/04/03; Correio Braziliense – Brasil – 08/04/03)

### **Militares terão aposentadoria diferenciada**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou na quinta-feira (10) que, se o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) e os governadores dos Estados entenderem que as propostas para a Reforma da Previdência estão “maduras”, o governo vai enviá-las para apreciação dos parlamentares já na próxima semana. A intenção do presidente é mandar a proposta da Reforma da Previdência logo depois da reunião que terá com os governadores, na quarta-feira que vem (17). Lula recebeu nesta sexta-feira (11) de Tarso Genro, secretário do Conselho, o relatório com as sugestões finais sobre a reforma da Previdência. Segundo o ministro da Casa Civil, José Dirceu, os militares deverão ter aposentadoria diferenciada dos demais servidores públicos, mas que o regime previdenciário dos militares deve passar por ajustes, assim como os regimes públicos e privados. Um dos ajustes propostos é a elevação da idade mínima de aposentadoria de 30 para 35 anos de contribuição. Contudo, o ministro defende que, por serem “servidores públicos especiais”, os militares possivelmente terão uma Previdência especial. Também o secretário Tarso Genro admitiu na sexta-feira (11) que o governo poderá criar um teto salarial diferenciado para o Judiciário, o Ministério Público Federal e os militares, a exemplo do que existe no Executivo - cujo salário máximo, de R\$ 8.400, é o do presidente da República. O Conselho chegou à conclusão de que militares, juízes e servidores do Ministério Público fazem parte de “carreiras de Estado” e, portanto, merecem tratamento especial. Os detalhes desse tratamento não foram apresentados no relatório final. A tarefa foi repassada ao governo.

Lula insistiu na aprovação das reformas como forma de combater privilégios: “A gente

não vai conseguir fazer justiça para muitos se não contiver os privilégios que poucos atingiram”, declarou o presidente. (Folha de S. Paulo – Brasil - 07/04/03; Correio Braziliense – Política – 11/04/03; O Globo – O País – 11/04/03; Folha de S.Paulo – Brasil – 11/04/03)

### **Coluna do *Jornal do Brasil* discute previdência militar**

Na coluna “Opinião”, do *Jornal do Brasil*, o militar da reserva e deputado federal Jair Bolsonaro discute a previdência militar diante da possibilidade da Reforma Previdenciária. Segundo ele, o militar nunca contribuiu para a Previdência Social, pois o pagamento dos proventos aos militares sempre foi responsabilidade da União. Contudo, segundo o deputado essa não contribuição vem acompanhada da renúncia de direitos garantidos aos trabalhadores comuns, como o Fundo de Garantia, o pagamento de horas extras, sindicalização, greves e outros. Além disso, a remuneração dos militares sempre ficou aquém de seus pares do Legislativo e do Judiciário em troca da passagem para a reserva remunerada, cujo valor é calculado sobre o soldo do posto ou graduação imediatos. Para ele, a proposta do fim da contagem do tempo do serviço dos cadetes e dos alunos das escolas de formação de sargentos demonstra o total desconhecimento da profissão por parte daqueles que querem reformar a previdência militar, já que o que esses jovens aprendem somente pode ser usado na carreira militar. Se os estudantes “militares” passarem a contribuir como autônomos, diz Bolsonaro, para a Previdência eles não poderiam ser regidos pelo Estatuto dos Militares, bem como não poderiam ser punidos pelo Regulamento Disciplinar, já que não seriam militares. Assim, de acordo com o deputado, um novo Exército estaria nascendo sem os alicerces da hierarquia e da disciplina. Outra questão levantada no artigo é a pensão das filhas dos militares, em fase de transição desde dezembro de 2000, que segundo Bolsonaro vem sendo tratada de maneira simplista por quem também desconhece a origem da Lei das Pensões: instituída em 1795, com o nome de “montepio militar”, a atual pensão militar tem o percentual de desconto de 9% da remuneração bruta. A filha é uma das beneficiárias da pensão; deve ficar consignado que o militar contribui para a pensão militar, obrigatoriamente, até a data de seu óbito, ou seja, mesmo após ingressar na inatividade, afirmou Bolsonaro. (Jornal do Brasil – Opinião – 08/04/03)

### **Política externa norte-americana traz à tona discussão sobre reaparelhamento das Forças Armadas**

Para Mirval Pereira, colunista de *O Globo*, a mudança mais decisiva na recente política externa americana, ocorrida na administração de George Bush [filho], foi a flexibilização da doutrina consagrada pelo presidente Woodrow Wilson a partir da segunda década do século passado. Assim como o presidente Bush hoje, Wilson tinha um impulso missionário de levar aos povos do mundo as benesses da civilização americana, e acreditava que sabia o que era melhor para os outros países. Mas, de acordo com o artigo, o “impulso missionário” de Wilson tinha um aspecto que o distingue fundamentalmente da doutrina Bush: ele acreditava que a intervenção americana só seria legítima se acontecesse em favor de interesses humanitários ou da comunidade internacional. Segundo ele, essa maneira de encarar o exercício do poder da maior nação do mundo — conhecida como doutrina wilsoniana — foi muito difundida no governo Clinton e agora está sendo adaptada pelos neoconservadores que dominam a política externa americana. A “nova ordem” acredita que os interesses de toda a Humanidade devem ser perseguidos como um objetivo secundário, e serão consequência natural da consumação do objetivo prioritário, que é o interesse nacional americano. Mas, segundo o colunista, além da necessidade de restabelecer o princípio do multilateralismo nas relações internacionais, ela traz à tona questões polêmicas e urgentes como, por

exemplo, o reaparelhamento das Forças Armadas brasileiras, especialmente da Aeronáutica, adiado por uma decisão demagógica que, se era necessária no início do governo para fixar uma diretriz de prioridade ao programa Fome Zero, agora começa a ficar superada pelos acontecimentos. (O Globo – O País – 09/04/03)

### **César Maia volta a defender uso das Forças Armadas**

O prefeito do Rio de Janeiro, César Maia, voltou a defender a presença das Forças Armadas nas ruas para coibir ações violentas praticadas por traficantes, como as ocorridas na madrugada do dia 09, quando oito ônibus foram incendiados, granadas arremessadas contra um shopping e dois policiais militares mortos. Segundo ele, as Forças Armadas tem homens mais bem preparados para enfrentar a atual situação, classificada pelo prefeito como “terrorismo”. Maia também defende a utilização do que chama de “violência legal”, por parte de uma Guarda Nacional, que seria criada pelo governo federal. (Jornal do Brasil – Tempo Real – 09/04/03; O Globo – Rio – 10/04/03)

### **Presidente recebe escolta inesperada de caças da Força Aérea Brasileira**

O avião Força Aérea 01, que transportava o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o ministro do Desenvolvimento, Luis Furlan e o ministro das Cidades, Olívio Dutra, para São Paulo, foi surpreendido em pleno ar, no dia 08, por uma demonstração dos pilotos da Força Aérea Brasileira (FAB), quando foi interceptado subitamente por dois caças Mirage. O objetivo da interceptação foi “mostrar ao presidente o trabalho dos caças no ar” antes da visita que Lula fará, no próximo dia 17, ao Comando de Defesa Aeroespacial Brasileiro, em Brasília. No momento da interceptação, o tenente-coronel-aviador Jeferson Domingues de Freitas anunciou a operação pelo serviço de som de bordo: “Excelentíssimo Sr. Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Força Aérea 01 foi interceptado e está sendo escoltado por duas aeronaves F-103 Mirage do 1.º Grupo de Defesa Aérea, Unidade da FAB, responsável pela vigilância e controle do espaço aéreo brasileiro”. (O Estado de S. Paulo – Nacional - 09/04/03)

### **Coluna informa solenidade do Exército**

A coluna de Gilberto Amaral informou na sexta-feira (11) que autoridades civis, militares, diplomáticas e jornalistas receberão no dia 15, no Quartel General do Exército, a Ordem do Mérito Militar, em solenidade presidida pelo comandante da Força, general de Exército Francisco Roberto Albuquerque. (Jornal do Brasil – Colunas – Gilberto Amaral – 11/04/03)

### **Presidente Lula reafirma valorização dos militares brasileiros, mas atenta para as restrições orçamentárias**

Em sua primeira cerimônia de promoção de oficiais generais, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva apontou as dificuldades orçamentárias e a situação herdada como culpadas pela desatualização dos equipamentos das Forças Armadas, alguns dos quais, segundo ele, estão “próximos da obsolescência”. De maneira semelhante ao seu antecessor Fernando Henrique Cardoso, Lula procurou enaltecer as atividades e a importância das Forças Armadas como forma de conter as reclamações dos militares diante da falta de um programa de modernização dos equipamentos e defesa brasileira. Durante a solenidade de promoção de 73 oficiais, o presidente afirmou que seu governo pretende “valorizar” os militares, mas deixou claro que os gastos estarão em sintonia com a realidade do País. Lula ainda declarou que as Forças Armadas “não devem ser maiores que a necessidade e a capacidade do país, mas também não podem nem devem ser menores, sob a pena dos riscos da nossa soberania”. (Correio – Política - Notas – 11/04/03; O Estado de S. Paulo – Política – 11/04/03)

### **Presidente do Peru defende inclusão do Brasil no Conselho de Segurança da ONU**

Durante solenidade no Palácio do Itamaraty, onde os presidentes peruano e brasileiro assinaram uma série de acordos bilaterais, o presidente do Peru, Alejandro Toledo, defendeu a inclusão do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas "Estamos preocupados com a paz mundial. Nesse processo de reconstrução das Nações Unidas, meu governo está empenhado para que o Brasil seja membro permanente do Conselho de Segurança. O Peru se sentirá muito bem representado". O presidente peruano definiu a união com o Brasil de "aliança estratégica". Toledo propôs que os dois países atuem juntos no combate ao narcotráfico na Amazônia e ressaltou a importância do projeto Sivam - Sistema de Vigilância da Amazônia. (O Globo – Plantão – O País – 11/04/03)

Sites de Referência:

Correio Braziliense: [www.correioweb.com.br](http://www.correioweb.com.br)

Folha de S.Paulo: [www.folhaonline.com.br](http://www.folhaonline.com.br)

Jornal do Brasil: [www.jb.com.br](http://www.jb.com.br)

O Estado de S. Paulo: [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br)

O Globo: [www.oglobo.com.br](http://www.oglobo.com.br)

**Informe Brasil** é uma produção do Grupo de Estudos da Defesa e Segurança (GEDES) do CELA (Centro de Estudos Latino-Americanos) da Universidade Estadual Paulista/Campus de Franca, redigido por Érica Cristina Winand, bolsista Fapesp e Adele Godoy, bolsista CNPq/Pibiq, e coordenado por Luciene Capellari. As notícias e seu conteúdo são de responsabilidade dos jornais e não correspondem necessariamente ao pensamento do grupo